

**Relatório da Audiência n.º 4 - COF- XV**

**Dia:** 10 de maio de 2022

**ENTIDADE:** APORVAP – Associação Portuguesa de Vaporizadores

Cristiano Batista – Presidente da APORVAP

Dídio Silvestre – Vice-Presidente da APORVAP

**ASSUNTO:** Propostas no âmbito da discussão da PPL 4/XV/1.<sup>a</sup> (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2022.

**Recebida pelos Senhores Deputados:**

- Hugo Carneiro (PSD), Vice-Presidente da Comissão
- Carlos Pereira (PS)
- Alexandre Simões (PSD)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Senhor Vice-Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, Deputado Hugo Carneiro, abriu a audiência saudando os representantes da entidade *supracitada*, dando nota do modo de condução dos trabalhos, posto o que deu a palavra ao Senhor Presidente da APORVAP para uma intervenção inicial.

O Interveniente saudou de volta a Comissão e começou por fazer uma caracterização dos vaporizadores (vulgarmente conhecidos por cigarros eletrónicos) como produtos sem tabaco. Nesse sentido, esta foi a base da oposição manifestada pelos representantes do sector relativamente à taxa aplicável de imposto sobre o tabaco (desde 2015) e à respetiva subida prevista no Orçamento de Estado para 2022.

Após explicitar o fundamento dos impostos especiais sobre o consumo, que procuram impactar tendências que causam potenciais riscos para o ambiente ou saúde, afirma o Interveniente que, incidindo o tributo sobre os vaporizadores, não se concretiza a finalidade do imposto sobre o tabaco, tanto na perspetiva do consumidor como do

ambiente, pois as emissões dos vaporizadores contêm uma menor diversidade de substâncias nocivas do que as identificadas no fumo do tabaco.

Após explicitar que Portugal é um dos países da União Europeia que mais agrava o imposto sobre os cigarros eletrónicos, o Interveniente apontou a relevância dos mesmos no contexto da cessação tabágica, a potencial diminuição do respetivo tecido empresarial, o aumento das vendas ilegais e a tendência do mercado transfronteiriço a favor de Espanha (e em detrimento de Portugal).

Após esta exposição inicial, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Pereira (PS), que agradeceu a presença dos representantes da entidade auditada e as explicações prestadas. Considerou a tese consistente, em particular na argumentação que defende uma discriminação positiva para os vaporizadores, por terem um menor impacto. Reportou-se ainda ao aumento do consumo destes produtos e questionou se existiam estudos sobre o mesmo a nível europeu, de forma a estabelecer uma relação dos seus impactos com a política tributária. Por fim, questionou ainda se a pretensão de fundo seria a revisão da carga fiscal.

De seguida, tomou a palavra o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD), que cumprimentou a APORVAP e salientou a mudança de escolhas no consumo tabágico em favor destes produtos. Elogiou a comparação dos vaporizadores face ao tabaco convencional (em sede de tributação) e destacou a problemática dos primeiros no que toca à saúde pública, visto que a OMS e a DGS tiveram reservas no passado quanto a estes sucedâneos. Finalizou o Senhor Deputado excursando sobre a finalidade extrafiscal muito específica dos impostos especiais sobre o consumo.

É devolvida a palavra ao Senhor Presidente da APORVAP, que, em resposta às questões dos Senhores Deputados, destacou a vasta resenha científica (nacional e internacional) incidente sobre os benefícios dos vaporizadores face ao tabaco convencional e a utilização do cigarro eletrónico como medida de redução do consumo do tabaco noutros países europeus. Vincou ainda que está ciente de que os produtos em causa não são medicamentos ou remédios, sendo antes alternativas ao tabaco no sentido de permitir a redução do consumo nos fumadores.

Nesta sequência, o Senhor Deputado Alexandre Simões (PSD) pediu ainda o uso da palavra, questionando se a tributação a nível de imposto especial sobre o consumo no

mercado espanhol é efetivamente nula para estes produtos e qual o resultado desta estratégia a nível de concorrência com equivalentes nacionais.

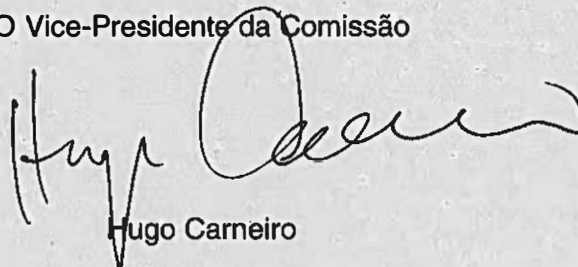
O Senhor Presidente da APORVAP respondeu, afirmando que existem largamente mais consumidores em Espanha e um tecido empresarial muito superior, asseverando um parco controlo transfronteiriço na venda destes produtos, em jeito de conclusão.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão agradeceu as informações e esclarecimentos, posto o que encerrou os trabalhos.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente o contributo escrito e a apresentação elaborada pela APORVAP, bem como a gravação áudio, podem ser consultados na página internet da audiência, pelo que se dispensa o seu aprofundamento nesta sede.

Palácio de São Bento, 10 de maio de 2022

O Vice-Presidente da Comissão



Hugo Carneiro

